

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Quarta Sessão Ordinária

26 – 30 de Janeiro de 2009

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/476 (XIV)

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DA
INDÚSTRIA (CAMI-18), REALIZADA EM DURBAN, ÁFRICA DO SUL, A 27
E 28 DE OUTUBRO DE 2008**

**RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS MINISTROS AFRICANOS DA INDÚSTRIA
(CAMI-18), REALIZADA EM DURBAN, ÁFRICA DO SUL, A 27 E 28 DE OUTUBRO DE
2008**

1. A décima oitava Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-18) foi realizada em Durban, África do Sul, no dia 27 e 28 de Outubro de 2008. O principal objectivo da conferência foi o de desenvolver uma estratégia para a implementação do Plano de Acção, tendo em vista o desenvolvimento industrial acelerado de África conforme estabelecido pela **Decisão da Assembleia DOC.EX.CL/378 (XII)** adoptada na 10ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2008.

2. Quarenta e três (43) Estados Membros, a NEPAD, cinco (5) Comunidades Económicas Regionais (CERs), e três (3) organizações internacionais estiveram presentes na conferência. A Conferência analisou e discutiu o relatório dos Altos Funcionários e a Estratégia de Implementação do Plano de Acção para o desenvolvimento industrial acelerado de África.

3. Contudo, dado o grande interesse que a questão do desenvolvimento industrial de África tem gerado entre os parceiros e os intervenientes, um Fórum Africano envolvendo Presidentes do Conselho de Administração Africanos e não Africanos e uma reunião da Associação das Agências Africanas de Promoção de Investimentos (AfrIPaNet) foram organizados em Durban, em paralelo com a CAMI-18. O objectivo global das reuniões paralelas era de obter contribuições do sector privado para a estratégia de implementação, bem como de fornecer uma plataforma de diálogo sobre questões de política em torno do desenvolvimento industrial em África.

4. Durante as deliberações, os Ministros apresentaram as seguintes observações e recomendações chave:

- Notaram que a estratégia precisa de definir indicadores mensuráveis para permitir que África possa monitorar as suas conquistas, por exemplo, a cota de África no comércio mundial; a estrutura do comércio Africano, particularmente em relação à sua quota de bens manufacturados; a sua cota de produtos industriais tanto a nível do PIB nacional como continental; a contribuição da indústria para a geração de emprego e a cota da indústria no índice de concorrência global;
- Existe uma necessidade de assegurar uma maior dependência em relação aos recursos domésticos, conjugada com a mobilização de recursos financeiros e vários instrumentos financeiros disponíveis no mercado financeiro para o desenvolvimento industrial;
- Embora o papel dos governos esteja claramente definido no documento, o papel do sector privado também deve ser definido, bem como a relação entre o Estado e o sector privado;

- Os países devem especializar-se em nichos de mercado dentro da cadeia de valores internacional, com o objectivo de criar concorrência real e conhecimento. O documento deve aprofundar esta questão e apresentar recomendações específicas;
- Os mercados domésticos locais são individualmente muito pequenos no que diz respeito, portanto, à inovação. O documento deve apresentar a relação entre o nível de oferta ao mercado internacional e a procura;
- O documento deve clarificar a questão da inovação como um meio essencial para a concorrência industrial, que é mais ampla que a Pesquisa & Desenvolvimento (P&D), e enfatizar que, sem a inovação, não pode haver concorrência e produtividade; deve indicar também como se pode desenvolver a P&D;
- Relativamente ao financiamento, os governos devem agregar os quadros de política, fornecer incentivos e apoiar a formação. Foi também dada ênfase à necessidade de desenvolver programas para facilitar a promoção da pesquisa, inteligência económica, e de assegurar o seu acompanhamento, etc.
- Deve-se reflectir sobre o panorama da actual situação da industrialização em África, como um texto introdutório do documento. O documento, bem como os seus sete agrupamentos, devem também ser adaptados para se adequarem aos propósitos Africanos; deve realçar o tipo de indústria mais adequado no momento, a nível regional e continental;
- O documento deve tomar em consideração os programas realizados no sector industrial com os parceiros como o Japão, Índia, China e outros, e encorajar a Cooperação Sul-Sul;
- O documento deve ser complementado com a inclusão de um mecanismo de avaliação e monitoria a nível nacional, regional e continental;
- Os grandes empreendimentos em África devem ser encorajados a cotar as suas acções nos mercados internacionais através das bolsas de valores locais, para permitir a participação das pessoas; as empresas locais devem também ser encorajadas a se registarem na bolsa de valores e a entrarem nos mercados bolsistas;
- As CERs devem ser encorajadas a criar mercados maiores tal como a zona de comércio livre prevista entre a EAC, COMESA e a SADC;
- O documento deve sublinhar as histórias de sucesso sobre o Continente em cada área; neste sentido, alguns Membros Estados manifestaram a sua disponibilidade para partilhar as suas experiências;
- A Comissão da UA deve disseminar o Plano de Acção e a sua Estratégia de Implementação, bem como organizar junto com as CERs, Bancos de

Desenvolvimento Regional, ECA, BAD, Banco Mundial, Banco Europeu de Investimento, IFC, UNIDO, e outros parceiros interessados, reuniões regionais em África, que envolvam a participação de todos os intervenientes da área de desenvolvimento industrial para a implementação efectiva do Plano de Acção, com vista a divulgar de forma ampla o Plano de Acção;

5. No final das deliberações, os Ministros adoptaram a sua Declaração, o Relatório e a Estratégia de Implementação do Plano de Acção.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44
Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DA INDÚSTRIA (CAMI)
18^a SESSÃO ORDINÁRIA
24 - 28 DE OUTUBRO 2008
DURBAN, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**AU/MIN/CAMI/RPT (XVIII)
ORIGINAL: INGLÊS**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS
27 - 28 DE OUTUBRO DE 2008**

**RELATÓRIO DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS DA INDÚSTRIA DA UA (CAMI 18)**

**DURBAN, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
27 - 28 DE OUTUBRO DE 2008**

I. Introdução

1. A 18ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Indústria da UA, foi realizada em Durban, África do Sul, de 27 a 28 de Outubro de 2008. A Conferência foi presidida por Sua Ex. Sr. Mandisi Mphahla, Ministro do Comércio e Indústria da República da África do Sul. O objectivo principal da reunião foi a elaboração da Estratégia para a Implementação do Plano de Acção para a Industrialização de África, em conformidade com a directiva da 10ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana.

II. Participação

2. Estiveram presentes na reunião os seguintes Estados-membros: África do Sul, Argélia, Angola, Benin, Botswana, Burkina-Faso, Burundi, Camarões, Comores, Congo, República Democrática do Congo, Côté d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Quênia, Lesoto, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, Sudão, Swazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. As Comunidades Económicas Regionais (CERs) e as Organizações Internacionais que se seguem estiveram igualmente presentes na reunião: COMESA, CEEAC, CEDEAO, SADC, SACU, BAD, CEA, NEPAD, ONUDI.

III. Procedimentos

Ponto 1 da Agenda: Cerimónia de Abertura

Discurso do Sr. Sibuso Ndebele , Governador da Província de KwaZulu-Natal

4. O Senhor Ndebele iniciou o seu discurso sublinhando a interdependência que caracteriza a economia mundial dominada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação. Acrescentou que a crise multifacetada que flagela o mundo reforça a necessidade da cooperação entre os países africanos.

5. Disse que a África continua sem conseguir manter um verdadeiro processo de industrialização, através da transformação dos seus recursos naturais em produtos acabados e, com isso, melhorar a sua quota no comércio internacional. De acordo com o Senhor Ndebele, é preciso inverter esta tendência, tarefa em que os

dirigentes políticos africanos estão empenhados, com o apoio de parceiros tais como a ONUDI. Para este efeito apelou por uma maior cooperação entre os países africanos, que aludiu, contribuirá para pôr fim a marginalização do continente e ajudá-lo-á a desempenhar um papel positivo na gestão dos problemas mundiais. Além disso, segundo o orador, o pragmatismo obrigará a evitar os erros do passado, elaborar e implementar políticas coordenadas, tais como as que estão previstas no programa da NEPAD, face aos diferentes desafios criados pela globalização da economia. Ele concluiu o seu discurso reafirmando a vontade política da África do Sul, em particular da Província de Kwazulu-Natal, de dar uma contribuição para o desenvolvimento industrial de África.

Discurso do Director Geral da ONUDI, lido pelo seu Representante

6. O Senhor Akpa apresentou as desculpas do Director Geral da ONUDI que, por motivos de força maior, não pôde estar presente na reunião. Em seguida, procedeu à leitura do discurso do Director Geral. Ele começou por congratular-se pela realização da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI), evento organizado, desde há três anos, com a participação da ONUDI, como sinal da boa vontade política dos dirigentes políticos africanos de colocar a industrialização no centro do processo do desenvolvimento de África. Ele descreveu igualmente a CAMI como sendo o início da resposta à marginalização do Continente, facto que é reforçado, nestes últimos tempos, pelas crises que flagelam a economia mundial, uma vez que a ausência da industrialização é o sinónimo do agravamento da pobreza. O Director Geral da ONUDI convidou os países africanos a seguir o exemplo de concertação na busca de soluções para a crise financeira para aderir com maior força aos valores de colaboração e de partilha. Em seguida, chamou a atenção dos participantes para as lições em matéria de política económica a serem tiradas da crise financeira, que colocou de novo o Estado no centro da actividade económica, na sua qualidade de agente regulador. À luz deste contexto económico mundial, o Director Geral da ONUDI propôs algumas orientações às quais o Plano de Acção, documento que será objecto de análise pelos Ministros, deverá atribuir uma atenção particular no interesse de uma industrialização eficaz do Continente. Ele concluiu a sua intervenção fazendo uma advocacia vibrante a favor de uma industrialização rápida de África.

Discurso do Ministro do Comércio e Indústria do Egipto, Presidente cessante da Mesa da CAMI

7. Em nome do Senhor Rashid Mohammad Rashid, Ministro do Comércio e Indústria do Egipto e Presidente cessante da Mesa da CAMI, o Dr. Hani Barakat agradeceu ao Governo e ao Povo da África do Sul por terem aceite acolher a 18ª Sessão Ordinária da CAMI. Em seguida, referiu-se a um dos grandes desafios de África, designadamente a mobilização dos seus recursos naturais em prol da industrialização. Mais adiante, fez um balanço exaustivo das actividades realizadas pelo seu país no quadro da sua presidência

à Mesa da CAMI, de 2006 a 2008, tendo salientado a contribuição do Egípto, entre outros, os preparativos da 1ª Sessão Extraordinária da CAMI, bem como da presente 18ª Sessão. Ele anunciou a oferta de 500 bolsas de estudo pelo Governo do seu país aos outros países africanos em diferentes áreas do sector da indústria, assim como o lançamento do Centro de Cooperação Sul-Sul. Em jeito de conclusão do seu discurso, o Dr. Barakat reafirmou a firme determinação do seu país de apoiar o novo Presidente da Mesa da CAMI e, por conseguinte, o processo de industrialização de África.

Discurso da Senhora Elisabeth Tankeu, Comissária da União Africana para o Comércio e Indústria

8. Em nome do Presidente da Comissão da União Africana, a Senhora Elisabeth Tankeu desejou calorosas boas-vindas a todos os participantes e agradeceu ao Governo e ao povo da África do Sul por terem aceite acolher a 18ª Sessão da CAMI e a 1ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da Indústria da UA. Ela congratulou-se pelos seus esforços para oferecer a todos os participantes condições excelentes, o que facilitou a boa realização dos trabalhos. Ela sublinhou a firme contribuição do Governo da África do Sul para o processo de industrialização do Continente. Em seguida, disse que a industrialização constitui para a África a única saída da pobreza e a via de acesso ao desenvolvimento. Com efeito, salientou, os recursos naturais que o Continente generosamente possui devem ser explorados e transformados localmente, a fim de trazer um maior valor acrescentado, suprimindo assim os efeitos da divisão internacional do trabalho, que coloca o Continente na situação de mero fornecedor de matérias primas. Ela referiu-se ao compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo durante a sua Conferência de Janeiro de 2008 em matéria de acelerar o processo de industrialização de África. Essa aceleração passa pela implementação do Plano de Acção, documento esse que foi elaborado conjuntamente pela Comissão e os seus diferentes parceiros. De acordo com a Comissária, os programas contidos no referido Plano de Acção devem ser implementados, obedecendo a uma ordem de prioridades definidas. Ela prosseguiu a sua intervenção dizendo que a sessão ministerial deve pronunciar-se sobre o Plano de Acção bem como a sua estratégia de implementação. Em seguida, passou em revista alguns dos factores susceptíveis de contribuir para uma rápida industrialização do Continente. A este propósito, insistiu particularmente na grande procura das matérias primas que a África poderia aproveitar para reforçar as suas capacidades de negociação, assim como na necessidade de uma concertação permanente aos níveis nacional, regional e continental. A terminar, ela felicitou-se pelo trabalho realizado pelos Altos Funcionários em preparação da reunião dos Ministros, com a colaboração da ONUDI.

Discurso do Senhor Mandisi Mpalhwa, Ministro do Comércio e Indústria da República da África do Sul e novo Presidente da Mesa da CAMI

9. O Ministro afirmou tratar-se de uma sessão consagrada à reflexão sobre os grandes eixos de uma estratégia que visa tirar a África da pobreza. Essa reflexão, embora ocorra num contexto internacional particularmente turbulento, marcado por uma crise financeira

de grande dimensão, ela é feita numa atmosfera de optimismo, pois a África está determinada a tomar o seu destino. De acordo com o Ministro, é um optimismo que tem como fundamento os recursos naturais e humanos de que a África dispõe, recursos esses que devem ser mobilizados em benefício das gerações presentes e vindouras. O Ministro indicou que o imperioso dever que interpela os Ministros da Indústria prende-se com a transformação do Plano de Acção em uma realidade, evitando deste modo a situação por que passaram projectos semelhantes que depois da adopção, ficaram na prateleira. Ele acrescentou que a execução desse Plano de Acção passa necessariamente por uma colaboração estratégica entre os países africanos, cujos espaços geográficos oferecem um mercado potencial para a atracção de grandes investimentos. A título de exemplo, citou o caso de Moçambique que beneficiou largamente da cooperação regional para levantar a sua economia para um grande crescimento há poucos anos. Ao terminar o seu discurso, o Ministro agradeceu aos seus pares que lhe confiaram a presidência da Mesa da CAMI, antes de convidá-los a fazer um trabalho colectivo para ajudar a África a retomar o lugar, que lhe é de direito, no palco mundial.

Ponto 2 da Agenda: Comunicação da Nova Mesa

10. A reunião elegeu a seguinte Mesa da 18ª Sessão da CAMI:

Presidente	:	África do Sul
1º Vice Presidente	:	Gabão
2º Vice Presidente	:	Sierra Leone
3º Vice Presidente	:	Tunísia
Relator	:	Quénia
Presidente Cessante	:	Egipto

Ponto 3 da Agenda: Adopção da Agenda e Organização dos Trabalhos

11. A reunião analisou e adoptou a sua agenda. Além disso, adoptou o seguinte horário dos seus trabalhos:

Manhã	:	09H00 - 13H00
Tarde	:	15H00 - 19H30

Ponto da Agenda 4: Análise do Relatório dos Altos Funcionários e da Estratégia de Implementação do Plano de Acção

12. O relatório dos Altos Funcionários foi apresentado aos Ministros pelo Presidente da reunião dos Altos Funcionários, Sr Sipho Zikade, Director Geral Adjunto Interino do Ministério do Comércio e Indústria da República da África do Sul. Ele informou os Ministros que a Comissão da União Africana, o Ministério do Comércio e Indústria da África do Sul, a CEA e a UNIDO tinham constituído um painel de peritos para trabalhar na Estratégia de Implementação do Plano de Acção. Mencionou ainda que, paralelamente à reunião dos

Altos Funcionários, uma reunião interactiva foi realizada com a AfripNET e com os Directores Executivos do sector privado com o objectivo de auscultar os seus pontos de vista e contribuições para a Estratégia.

13. O Sr. Siphon Zikade apresentou subsequentemente o relatório, destacando as observações e as recomendações elaboradas pelos Altos Funcionários em cada um dos sete módulos. Aludiu ao facto de o documento ser dinâmico e que a sua implementação seria levada a cabo pelos Estados-Membros e pela CERs, enquanto que a Mesa da CAMI iria providenciar as directrizes de implementação. Chamou atenção para o facto de os aspectos relativos à monitorização e avaliação terem sido omitidos do documento. Concluiu apresentando o relatório e a estratégia de implementação aos Ministros para análise e subsequente adopção.

14. No final das suas deliberações sobre o relatório, os Ministros fizeram as seguintes observações e recomendações:

- a) Felicitaram a República Árabe do Egipto pela sua liderança dinâmica da Mesa do CAMI 17 e agradeceram por ter oferecido, em duas fases, 500 bolsas de Estudo para melhorar as competências dos trabalhadores africanos em várias áreas da indústria, assim como para o lançamento de um Centro de Cooperação Sul-Sul neste domínio;
- b) A Estratégia deve definir indicadores mensuráveis, por forma a permitir que África monitorize os seus sucessos, por exemplo, a quota parte da África no Comércio Mundial; na estrutura do comércio de África especialmente na sua quota parte dos produtos manufacturados; na quota parte dos produtos industriais tanto no PIB nacional como no PIB continental; A contribuição da indústria em termos de emprego e sua quota parte no índice de competitividade global;
- c) A necessidade de contar com os recursos internos, bem como com a mobilização de recursos financeiros e de diversos instrumentos das finanças disponíveis no mercado financeiro para a industrialização;
- d) Embora o papel dos Governos esteja claramente definido no documento, o papel do sector privado deve ser igualmente definido, bem como a relação entre o estado e o sector privado;
- e) Deve ser sublinhada a regionalização ou divisão em zonas de indústria ;
- f) Os países devem especializar-se em nichos de mercados dentro da cadeia internacional de valores, por forma a desenvolver uma competitividade e especialização reais; o documento deve ainda explorar a questão e elaborar recomendações específicas;

- e.h. Os mercados internos locais são individualmente demasiado pequenos, portanto, no que diz respeito a inovação, o documento deve relacionar a oferta com o mercado nacional e com a procura;
- f.i. O documento deve esclarecer a questão da inovação como via indispensável para a competitividade, que é mais ampla do que a Pesquisa e Desenvolvimento e enfatizar que sem a inovação não poderá haver competitividade nem produtividade; deve igualmente dar uma indicação sobre como aumentar a Pesquisa e Desenvolvimento;
- j. No que diz respeito ao financiamento, os governos devem estabelecer quadros de políticas, propôr incentivos e apoiar a informação. Deve-se igualmente enfatizar a necessidade do desenvolvimento de programas para facilitar a promoção da pesquisa e da informação económica, devendo também assegurar o seu desenvolvimento, etc;
- g) Deve considerar-se a inserção de uma descrição do estado de industrialização de África como introdução ao documento; o documento bem como aos seus sete módulos devem ser personalizados por forma a servir os objectivos africanos; deve se realçar o tipo de indústria que é mais apropriada actualmente aos níveis regionais e continentais;
- l. o documento deve também tomar em linha de conta os programas realizados no sector industrial com parceiros como o Japão, Índia, China e outros, bem como encorajar a cooperação Sul-Sul;
- m. O documento deve ser complementado com a inclusão de um mecanismo de avaliação e monitorização, aos níveis nacional, regional e continental;
- n. A maioria das empresas locais do sector privado estão descapitalizadas; o relatório deve indicar a forma de auxiliá-los a crescer;
- l.o. As grandes empresas devem ser encorajadas à colocar as suas acções nos mercados internacionais através de bolsas de valores locais para permitir a participação das populações; as empresas locais devem ser igualmente encorajadas a virem a público e a juntarem-se aos mercados de acções;
- p. As CERs devem ser encorajadas a criar grandes mercados, tais como o Acordo de Livre Comércio (FTA), entre a EAC; COMESA e a SADC;
- h. O documento deve mencionar as histórias de sucesso no continente em cada área. Neste âmbito, alguns Estados-Membros indicaram a sua prontidão de partilhar a experiência;

- i. O documento deve estar virado para o futuro;
- j.s. A Comissão da UA deve divulgar o Plano de Acção e a estratégia e organizar, com as CERs, os Bancos de Desenvolvimento Regionais, a CEA, o BAD, o Banco Mundial, o Banco de Investimento Europeu, a Sociedade Financeira Internacional (IFC), a ONUDI e outros parceiros interessados, reuniões regionais em África, que envolva a participação de todos os parceiros do desenvolvimento industrial com vista a implementação efectiva do Plano de Acção, de modo a ser largamente publicada.

15. Especificamente, a reunião teceu os seguintes comentários sobre os agrupamentos:

Módulo 1 - Política Industrial e Orientação Institucional

16. No desenvolvimento dos sistemas de informação, a África deve dotar-se de uma capacidade para valorizar a informação recolhida. Neste contexto, a inteligência económica deve ser reconhecida como um factor de plena competitividade, o que exige a adopção de uma política publica activa.

17. A maioria das análises convergem para sublinhar que a ineficiência do sector industrial deve-se em grande medida à fraqueza dos mercados financeiros, dos mercados industriais e da regulamentação do mercado de bens e serviços. Nesta óptica, a elaboração de reformas e a aceleração da sua implementação permitirão ultrapassar os constrangimentos que são colocados ao desenvolvimento industrial.

Módulo 2 - Expansão da Produção e das Capacidades Comerciais

18. Os governos devem adoptar políticas de expansão global, tais como as que existem em Portugal e na Tunísia. Além disso, a expansão de empresas deve ser acompanhada de uma melhoria ambiental adequada.

Módulo 3 - Promoção de Infra-estruturas e Energia para o Desenvolvimento Industrial

19. Embora as infra-estruturas sejam muito importantes para a indústria, elas não são peculiares para este sector. As infra-estruturas constituem um sector muito transversal, a título de ilustração, podemos mencionar a agricultura, etc. Este sector poderá ser acomodado no Módulo referente ao Desenvolvimento Sustentável.

Módulo 5 - Sistema de Inovações Industriais, Investigação e Desenvolvimento e Desenvolvimento Tecnológico

20. A generalização das redes de empresas - centros de formação e de pesquisa - não poderá ser realizada sem um quadro espacial favorável a criação de zonas industriais integradas, com vista a assimilação de conhecimentos tecnológicos nas empresas.

21. O Investimento Directo Estrangeiro (IDE) constitui, sem dúvida, uma fonte importante de competitividade e de crescimento. Todavia, ele não pode substituir os investimentos nacionais. A difusão tecnológica, feita através do IDE, será realizada tendo em conta a realidade nacional marcada por um tecido de riquezas a serem aproveitadas por todas as partes envolvidas, numa operação em que todos saem a ganhar.

Módulo 6 - Financiamento e Mobilização de Recursos

22. O documento deve dar detalhes sobre como os fundos serão organizados e geridos, que sectores irão financiar, em que termos, se irá utilizar capital, providenciar crédito ou outras formas.

Módulo 7 - Desenvolvimento Sustentável

23. Embora alguns requisitos na liberalização do comércio, tais como barreiras tarifárias, estejam a decrescer, novas normas e condições estão a surgir relativamente as exportações; neste âmbito, propõe-se que um mecanismo seja estabelecido para monitorizar estas alterações, estudá-las e disseminá-las entre os Estados-Membros, a tempo de permitir que estes se adaptem a essas alterações.

24. A reunião tomou nota do relatório dos Altos funcionários e decidiu que a Mesa da CAMI irá orientar um trabalho mais aprofundado sobre a Estratégia, tomando em consideração as observações feitas pelos Ministros.

Ponto 5 da Agenda: Interacção com o Sector Privado (Directores Executivos)

25. A interacção dos Ministros com os Directores Executivos com o Sector Privado concentrou-se particularmente na questão da parceria pública-privada (PPP) como um veículo para a implementação da Estratégia do Desenvolvimento industrial de África. O presidente da reunião, Sua Excelência Ministro Mandisi Mphalwa iniciou o debate declarando que a 18ª Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI18) reconhecia a importância do sector privado e, por conseguinte, encorajou a sua participação. Afirmou que as instituições nacionais, tais como as instituições de pesquisa, Câmaras do Comércio e Indústria e associações desempenham um papel importante na unificação do sector privado. O presidente acrescentou que nas economias nacionais, o papel de resolução de problemas não é apenas realizado pelo governo, mas também pelo sector privado. Por conseguinte, existe a necessidade de uma parceria público-privada

entre os governos e o sector privado. Realçou que a parceria entre o sector público e privado irá facilitar a mobilização de recursos para o desenvolvimento industrial. Afirmou que para o bom sucesso da parceria, duas questões-chave necessitam de ser abordadas. Por um lado, os governos devem melhorar o ambiente de negócios, de modo a facilitar o desenvolvimento do sector privado, enquanto que o sector privado deve desempenhar um papel chave no desenvolvimento dos recursos humanos e transferência de tecnologia.

26. Na sua intervenção, o representante do sector privado afirmou que esta é a primeira vez que se lhe é dada a oportunidade de debater questões pertinentes com os Ministros durante a CAMI. Afirmou que o sector privado está satisfeito com o documento de Estratégia, especialmente quando estas questões são debatidas em agrupamentos. Contudo, a Estratégia necessita de ser personalizada, por forma à considerar os acontecimentos e iniciativas actuais no mundo. Manifestou a prontidão do sector privado em trabalhar conjuntamente com o sector público para a abordar e reagir à actual crise financeira. Ademais, chamou atenção para o facto da preocupação do sector ser a gestão de políticas industriais aos níveis nacional e regional. Realçou que duas questões-chave são importantes no relacionamento entre os sectores privado e público. Em primeiro lugar, a boa governação é uma condição necessária para a industrialização. Afirmou que a boa governação pode melhorar o clima de investimento e desse modo atrair investidores. Em segundo lugar, as PME's necessitam de ser protegidas e encorajadas, de modo a permitir que estas cresçam e sejam competitivas. Em termos de programas para a implementação imediata, foram identificadas três áreas principais, nomeadamente: os programas que tratam de Política Industrial e Quadros de Implementação (Módulo 1); os programas de Promoção de Investimentos e, em particular, os que tratam do estabelecimento e da operacionalização de plataformas de monitorização de investimento (Programas 1.2 (Módulo 1) e 6.3 (Módulo 6); é o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas e de Energia para a Transformação Industrial (Módulo 3).

27. Durante os debates, as seguintes observações foram feitas:

- Que é importante ligar as indústrias aos centros de conhecimento, tais como universidades e instituições de pesquisa e de desenvolvimento;
- Que dado que mais de 90% das PME's operam no sector informal, os governos devem providenciar um ambiente favorável para que estas se desenvolvam;
- Que há necessidade de um aumento dos níveis de confiança entre os sectores público e privado e, a este respeito, deve-se criar um mecanismo de controlo para garantir que os esforços de desenvolvimento continuem, e que estes beneficiem a grande maioria dos interessados;
- Existe uma necessidade de um diálogo melhor entre o sector público e o privado aos níveis nacional, regional e continental, por forma a facilitar a industrialização do continente;

- Que o sector privado deve ser mais organizado, por forma que a parceria público-privada dê frutos;
- Que as PMES devem ser protegidas, dando-lhes oportunidades de negócio, tais como incentivos relacionados com contratos públicos;
- Que a África necessita de tomar em consideração o crescimento de recursos e os sucessos macro-económicos;
- Que o sector privado pode desempenhar um papel na análise comparativa em termos de competências;
- Que o sector privado pode desempenhar um papel no desenvolvimento e na gestão de agrupamentos;
- Que a rede e a coordenação entre o sector público e o privado são importantes;
- Que a Estratégia abra novas janelas de oportunidades para o sector privado, tanto como recipiente e como força matriz no desenvolvimento da formação e de competências, na transferência de tecnologias e inovação, através da cooperação Sul-Sul;
- Que a Mesa deve explorar as modalidades de institucionalização do diálogo entre o sector privado e a CAMI; a este respeito, a Mesa deve assegurar a representatividade de todas as regiões em África.

Ponto 6 da Agenda: Adopção da Estratégia de Implementação

28. A Conferência adoptou a Estratégia de Implementação com uma orientação para a Mesa, no sentido de incluir no documento as observações e as conclusões dos Ministros.

Ponto 7 da Agenda: Análise e Adopção do Projecto de Declaração Ministerial

29. A Conferência analisou e adoptou a Declaração Ministerial com emendas.

Ponto 8 da Agenda: Análise e Adopção do Relatório dos Ministros

30. A Conferência analisou e adoptou o relatório com emendas.

Ponto 9 da Agenda: Data e Local da CAMI 19

31. A oferta feita pela República Argelina Democrática e Popular para acolher a 19ª Sessão Ordinária da Conferência da CAMI e a 2ª Sessão da Conferência dos Ministros da Indústria da UA, em 2009, foi aceite por aclamação.

Ponto 10 da Agenda: Diversos

32. Sob este ponto, a Comissária informou os participantes de que os documentos pertinentes à Conferência dos Ministros responsáveis pelos Recursos Naturais tinham sido colocados à disposição da reunião. Por conseguinte, convidou os Estados-membros presentes a continuarem a reflectir sobre os mesmos nas suas respectivas capitais, particularmente sobre a visão, com vista a enriquecer o documento, que voltará a ser analisado durante a próxima reunião dos Ministros responsáveis pelos Recursos Minerais agendada para Fevereiro, na África do Sul. Ela informou ainda os participantes de que a Comissão tinha sido solicitada pelos Ministros a submeter um projecto de decisão à Sessão do Conselho Executivo em Janeiro de 2009, sobre a fusão da Parceria de Exploração Mineira Africana com a Conferência dos Ministros responsáveis pelos Recursos Mineiros responsáveis pelos Recursos Minerais, bem como a institucionalizar a referida Conferência, a fim de permitir os Estados-membros a trocarem impressões regularmente sobre a questão importante dos recursos universais.

Ponto 11 da Agenda: Moção de Agradecimentos

33. A moção de agradecimento foi lida pelo Ministro da Indústria das Maurícias, em nome da Conferência. Ele agradeceu ao Governo e ao povo da África do Sul pela hospitalidade calorosa e as condições excelentes oferecidas aos participantes à Conferência. Elogiou o empenhamento da Mesa anterior presidida pela República Árabe do Egipto e exprimiu a sua gratidão pelas 500 bolas e outros apoios que o Egipto tão generosamente ofereceu. De igual modo, agradeceu a Argélia, pela sua generosa oferta para albergar a próxima Conferência. Finalmente, ele assegurou a Mesa eleita o apoio total da Conferência e agradeceu novamente a África do Sul por ter acolhido a 18ª Sessão da CAMI.

Ponto 12 da Agenda: Encerramento

34. O Presidente, ao dar por terminado os trabalhos, agradeceu aos participantes pela sua contribuição inestimável, que determinou o sucesso da CAMI 18.

EX.CL/476 (XIV)
Anexo

**DECLARAÇÃO DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONFERÊNCIA
DOS MINISTROS DA INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA (CAMI)
24-28 OUTUBRO DE 2008
DURBAN, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA
INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA(CAMI)
18ª SESSÃO ORDINÁRIA
24-28 OUTUBRO DE 2008
DURBAN, REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL**

**AU/MIN/CAMI/DECL. (XVIII)
ORIGINAL: INGLÊS**

**DECLARAÇÃO DA 18ª CONFERÊNCIA DOS
MINISTROS DA INDÚSTRIA DA UNIÃO AFRICANA (CAMI)**

**DECLARAÇÃO DA 18ª CONFERÊNCIA DOS MINISTROS
AFRICANOS DA INDÚSTRIA**

Nós, Ministros da Indústria da União Africana (UA), reunidos na nossa 18ª Sessão Ordinária, de 27 a 28 de Outubro de 2008, em Durban, África do Sul, sob o tema Aceleração do Desenvolvimento Industrial de África – Necessidade do Valor Acrescentado e Transformação Industrial;

Recordando o Plano de Acção sobre o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África que adoptamos na nossa Primeira Sessão Extraordinária da Conferência da União Africana dos Ministros da Indústria em Midrand, África do Sul, em Setembro de 2007;

Guiados pela Directiva da 10ª Conferência da União Africana, realizada em Janeiro de 2008, que solicitou a elaboração de uma Estratégia para a Implementação do Plano de Acção e a priorização dos seus programas e projectos;

Tomando nota da prioridade e da urgência atribuídas a esta questão pela 10ª Conferência;

Recordando as decisões e as recomendações tomadas em várias reuniões da União Africana e das Nações Unidas sobre a Agenda do Desenvolvimento de África;

Conscientes das implicações dos recentes desenvolvimentos nos mercados globais financeiros, de energia e de alimentos para a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMDs);

Cientes das contribuições que as sinergias entre sectores, tais como as infra-estruturas e a energia, a agricultura, a ciência e a tecnologia poderão dar para a realização da industrialização sustentável;

Tomando nota de que a próxima Conferência da União Africana, a ter lugar em 2009, irá concentrar-se na questão de desenvolvimento de infra-estruturas e energia;

Tomando igualmente nota da recente Declaração dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais;

Por este meio:

1. **Reafirmamos** os compromissos e as declarações efectuadas na nossa Declaração de Midrand, de Setembro de 2007, especialmente aquelas que realçam os nossos desejos individuais e colectivos, visando:

- i. Fortalecer e diversificar a nossa capacidade produtiva, particularmente nas indústrias transformadora e de serviços;
 - ii. Ultrapassar os constrangimentos do lado da oferta;
 - iii. Desenvolver e explorar economias de escala, através da Integração Regional, e;
 - iv. Desenvolver e explorar o nosso potencial de exportação, relativamente aos produtos de valor mais alto.
2. **Ratificamos** a Estratégia para a Implementação do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África (em anexo) e **Solicitamos** aos Estados-membros da União Africana, à Comissão da União Africana e às Partes envolvidas para operacionalizar a Estratégia através da interacção com as Comunidades Económicas Regionais (CERs), de acordo com a directiva dos Chefes de Estado e de Governo;
 3. **Comprometemo-nos** a realizar os objectivos estabelecidos nos vários programas e projectos de desenvolvimento industrial contidos na Estratégia de Implementação do Plano de Acção;
 4. **Reiteramos** a nossa apreciação à importância e ao papel crucial desempenhado pelo sector privado bem como pelas instituições deste sector nos esforços que visam o desenvolvimento industrial de África e solicitamos a intensificação de esforços na promoção das actividades de investimento em África, particularmente as actividades realizadas pelas Agências Africanas de Promoção de Investimentos (AfriPANet) e outras instituições afins;
 5. **Manifestamos** a nossa gratidão à ONUDI, à CEA e aos outros Parceiros de Desenvolvimento pelo seu apoio contínuo na promoção do desenvolvimento industrial de África e **Solicitamos** que continuem a dar o seu pleno empenho na execução do Plano de Acção para o Desenvolvimento Industrial Acelerado de África;
 6. **Solicitamos** a Comissão da União Africana e outras Instituições Financeiras Africanas interessadas a debruçar-se, o mais breve possível, sobre a questão da mobilização do necessário financiamento e instrumentos financeiros disponíveis no mercado para a industrialização duradoira de África. **Solicitamos ainda**, que a esta questão seja conferido o carácter de urgência;
 7. **Convidamos** os Governos a consagrar os recursos nacionais para o desenvolvimento industrial;

8. **Agradecemos** ao Governo e ao Povo da República da África do Sul pela sua liderança pertinente, pela sua hospitalidade, dedicação bem como pelas outras facilidades que nos foram dispensadas, tanto na preparação quanto na realização da 18ª Sessão da CAMI.

Adoptada a 28 de Outubro de 2008, Durban, África do Sul

2009

Relatório da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (Cami-18), Realizada em Durban, África Do Sul, A 27 E 28 De Outubro De 2008

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3922>

Downloaded from African Union Common Repository